

Ajufe quer participação de juízes em negociação de plea bargain

Para garantir equilíbrio entre acusação e defesa, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) quer que o ministro da Justiça Sergio Moro considere a participação de juizes no processo de negociação de *plea bargain*. O acordo entre réu e Ministério Público faz parte das propostas do ministro no [pacote](#) de reformas legislativas apresentado nesta segunda-feira (4/2).

Divulgação



Divulgação Presidente da Ajufe apontou que o projeto precisa ser melhorado para maior atuação do juiz

Em reunião com o ministro nesta quarta-feira (6/2), o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, disse que a maior participação do juiz no processo é uma forma de assegurar as garantias individuais.

“O *plea bargain* é compatível com nosso sistema constitucional, mas a visão da Ajufe é que, em algum ponto, o projeto pode ser melhorado de maneira que se estabeleça de forma mais clara a participação do juiz como equilíbrio entre acusação e defesa”, disse Mendes.

A Ajufe criou uma comissão especializada em direito e em processo penal para escrever uma nota técnica com sugestões de mudança em pontos específicos do pacote “anticrime”. “O projeto formulado pelo Ministério da Justiça é essencial para tornar mais efetiva a legislação penal, buscando sintonia com a agenda de combate à impunidade que a sociedade brasileira tanto anseia”, afirmou.

Dentre as sugestões está a modelação do texto para que o acordo de *plea bargain* seja ajustado no início da fase judicial, logo depois de apresentada a denúncia, mas que seja permitido inclusive após o início da instrução e julgamento.

Outra sugestão é que, para a celeridade e proteção do processo, seja realizada audiência com o réu e seu defensor durante a negociação do acordo.

Date Created

06/02/2019